

Transformações da “fala franca” no mundo antigo

Kauana Candido¹

Resumo: Este trabalho pretende analisar a transformação do conceito *parresía*, estudada por Michel Foucault, traduzida por dizer a verdade, dizer o que pensa ser necessariamente a verdade, perante uma Assembleia, um superior ou perante um amigo. Michel Foucault apresenta este estudo nos cursos *A hermenêutica do sujeito* (1982), *O governo de si e dos outros* (1983) e *A coragem da verdade* (1984). Este conceito, *parresía*, fora estudado em um amplo quadro de práticas de si do cuidado de si, na Antiguidade Clássica. Foucault nos mostrou modos de construção de si pelo próprio sujeito, constituídos de práticas, exercícios em torno de si que possibilitava uma condução da vida e da alma na busca da felicidade e de uma velhice tranquila, sem medo da morte. Uma dessas práticas seria a *parresía*. Assim, relacionamos um escrito de Ésquines, *Contra Ctesifonte* 2-5, no qual este critica os oradores que se apresentam na *Bulé* e na *Eclésia* em Atenas no período clássico e tardio, e o *Manual do candidato às eleições*, de Cícero, com os estudos foucaultianos sobre o momento que esta prática perde espaço para a lisonja na tribuna das Assembleias gregas e se direcionou para as relações do sujeito consigo mesmo e com o Outro.

Palavras-chave: democracia grega; *parresía*; Michel Foucault

Transformations of "freedom speech" in the ancient world

Abstract: This paper discusses the transformation of the concept *parresía*, studied by Michel Foucault, translated by telling the truth, say what you think is necessarily the truth, before a meeting, before a superior or a friend. Michel Foucault presents this study courses in *The hermeneutics of the subject* (1982), *The government of self and others* (1983) and *The Courage of Truth* (1984). This concept, *parresía* outside studied in a broad framework of practices of the self of self-care, in Classical Antiquity. Foucault showed us ways of building by the subject itself, consisting of practical exercises around him that allowed driving the life and soul in the pursuit of happiness and a peaceful old age without fear of death. One such practice would be *parresía*. Thus, we relate a writing of Aeschines, *Against Ctesiphon* 2-5, in which he criticizes the speakers presenting at *Bulé* and *Ecclesia* in Athens in classic and late period, and the manual election candidate, of Cicero, with Foucault studies on moment that this practice loses ground to flattery on the rostrum of the Assemblies Greek and headed for the relations of the self and the Other.

Keywords: Greek democracy; *parresía*; Michel Foucault

¹ Graduanda de História na UEL. kau-candido@hotmail.com

PRIMEIRA TRANSFORMAÇÃO: A “FALA FRANCA” NO CONTEXTO GREGO

Michel Foucault, nos cursos transcritos ministrados no Collège de France, O *governo de si e dos outros* (1983) e *A coragem da verdade* (1984), analisou a palavra grega *parresía* (παρρησία) no contexto da Antiguidade grega e romana. A *parresía* no mundo antigo seria a:

[...] fala franca, liberdade de palavra [...] uma noção rica, ambígua, difícil, na medida em que, em particular, designava uma virtude, uma qualidade (há pessoas que tem *parresía* e outras que não tem a *parresía*); é um dever também (é preciso, [...] em alguns casos e situações, poder dar prova de *parresía*); e enfim é uma técnica, é um procedimento: há pessoas que sabem se servir da *parresía* e outras que não sabem se servir da *parresía*. (FOUCAULT, 2010a, p. 43).

A *parresía* seria ao mesmo tempo uma virtude, um procedimento, uma prática, um dever, que permeou todo o contexto grego e romano. Foucault estudou primeiramente este conceito no período clássico grego, analisando escritos de Eurípedes, dentre outros. Neste contexto, em meio ao desenvolvimento da democracia, com a criação da *Bulé*, e o fortalecimento da *Eclésia*², o repatriamento do povo para Atenas, o poder para o povo fora aberto, mais cidadãos debatendo, levantando e discutindo questões, e tal conceito se apresentou como a liberdade de falar a todo cidadão.

Para termos uma ideia da quantidade de habitantes e cidadãos em Atenas no século V, Pedro P. Funari nos trouxe os números:

Calcule-se que, em 431 a. C, havia 310 mil habitantes na Ática, região que compreendia tanto a parte urbana como rural da cidade de Atenas, 172 mil cidadãos com suas famílias, 28 500 estrangeiros com suas famílias e 110 mil escravos. Os escravos, os estrangeiros e mesmo as mulheres e crianças atenienses não tinham qualquer direito político e para eles a democracia vigente não trazia qualquer vantagem. (FUNARI, 2004, p. 38).

Vemos, assim, o falar francamente no contexto da democracia ateniense como a liberdade de falar consentida a todo cidadão: “[...] a *parresía* é a liberdade de palavra dada a todo cidadão numa democracia, seja ele rico ou pobre.”

² A *Bulé*, composta por cidadãos acima de 30 anos, tinha a função de conselho sobre guerras, assuntos cotidianos e legislativos. A Assembleia do povo, a *Eclésia*, compondendo-se pela convocação de 10 *pritanias* (um grupo de cidadãos circunscritos em uma determinada territorialidade) tinha funções diversas sobre a administração do Estado, debatia questões importantes, como o ostracismo, ou leis. (FUNARI, 2004).

(FOUCAULT, 2010a, p. 173). Todos os cidadãos podiam participar da assembleia do povo (*Eclésia*) tomando decisões em praça pública; os cidadãos eram homens adultos (com mais de 18 anos de idade) nascidos de pai e mãe atenienses. “Os cidadãos tinham três direitos essenciais: liberdade individual, igualdade com relação aos outros cidadãos perante a lei e direito a falar na assembleia.” (FUNARI, 2004, p. 36).

Assim, neste momento o indivíduo usufruindo de sua *parresía*, como qualidade, fala de modo franco, fala o que pensa ser verdadeiro, bom, correto para a governança da cidade e liga-se a isto, vive o que fala.

O termo *parresía* tem um sentido corrente que significa liberdade da palavra. Unida a essa noção de liberdade de palavra, em que diz tudo o que se quer, encontra-se a noção de franqueza. Quer dizer: não apenas se fala livremente e se diz tudo o que se quer, mas na *parresía* há também essa ideia de que se diz o que efetivamente se pensa, aquilo em que efetivamente se acredita. (FOUCAULT, 2010a, p. 171)

Foucault, na obra *O governo de si e dos outros* (1983), nos trouxe mais fontes para pensarmos a prática do falar francamente na Antiguidade: num texto de Tucídides, sobre Péricles, *História da guerra do Peloponeso*. Péricles tinha o direito de falar, e com coragem se levantou diante da assembleia, disposto a falar o que pensava há muito tempo sobre a Guerra do Peloponeso. Lembrou o povo de seus próprios conselhos e erros na condução da guerra, os quais faziam parte do erro comum, de todos, não podendo o povo matá-lo, perseguir-lo, rejeitá-lo, devido a um acordo assentido por todos. Assim, teve a coragem de dizer a verdade, de dizer que errou, e mais ainda de lembrar que todos erraram. A coragem de dizer isso, e o dizer fracamente o que realmente pensava constituiu um exemplo de uma prática da *parresía*.

O escrito de Ésquines *Contra Ctesifonte* nos faz pensar na transformação ocorrida nas tribunas, no século IV a.C que nós relacionamos com a mudança do falar francamente na democracia ateniense:

Ah! Atenienses, se a *Bulé* dos quinhentos e a *Eclésia* fossem dirigidas regularmente [...] e se as leis de Sólon sobre a disciplina dos oradores ainda fossem seguidas o mais idoso dos cidadãos, falando em primeiro lugar, como prescrevem as leis, poderia subir a tribuna sem ser interrompido pelo tumulto e, tirando partido de sua experiência, dar ao povo os melhores conselhos. (ÉSQUINES, *Contra Ctesifonte*, 2-5).

Aqueles que usavam, no século V a.C, a *parresía* como virtude de falar francamente o que se vivia, de sua experiência; aqueles que falavam corajosamente perante a assembleia apontando os erros da condução política, não estavam mais se apresentando, devido ao tumulto na tribuna.

Nas assembleias, o povo não queria mais ouvir quem falava o que pensava ser correto naquele momento, quem falava francamente apontando as decisões equivocadas tomadas pelo povo, quem iria contra eles. Com isso, os lisonjeadores ganharam espaço nas tribunas, aqueles que diziam o que o povo queria ouvir, nisso residiu à dificuldade de se falar francamente, com coragem e sabedoria. Como podemos ver no escrito de Ésquines:

No entanto hoje as regras que outrora cada um acharias boas, foram abandonadas; há indivíduos que não hesitam em entregar moções ilegais, outros a declará-las em voz alta, mantendo sua presidência não da maneira mais justa, mas decorrente de intrigas; [...] segundo suas próprias regras, [...] os indivíduos que participam da política, não pelo bem comum, mas em proveito próprio ameaçam desencadear uma acusação [...] reduzindo os cidadãos a condição de escravos e se arrogando os direitos de senhores sobre os mesmos. (*Contra Ctesifonte*, 2-5).

No século IV, em vista do comportamento dos oradores, o tumulto nas assembleias, cada qual fazendo uso de suas próprias regras, não buscavam o bem comum, subjugando o povo por meio de suas palavras vãs.

Percebemos isso em Ésquines quando escreveu: “[...] Mesmo a proclamação mais bonita e mais sábia da cidade não é mais ouvida: Quem quer tomar a palavra entre os cidadãos de mais de cinquenta anos, e seguir um de cada vez, entre os demais atenienses?” (ÉSQUINES, *Contra Ctesifonte*, 2-5). Os bons oradores, os *parresiastas* perdem espaço, mesmo com bonitas palavras não chamam mais atenção, não querem mais tomar a palavra, pois, além do risco de morte, o efeito de suas palavras se perdeu. Quem quer falar sendo que nem palavras bonitas são ouvidas mais? Como falar francamente assim?

A *parresía* não tendo mais espaço na democracia, alguns conselheiros, filósofos, amigos, dos governantes desfrutaram desta prática como uma técnica para se falar com franqueza sobre as atitudes e decisões destes governos, dos amigos. A *parresía* fora, assim, deslocada da tarefa de governar corretamente a cidade, indo em direção à *psykhé*:

[...] que consiste em mostrar aos indivíduos como governar convenientemente a cidade [...] consiste em se dirigir à alma dos que devem governar, de maneira que se governem convenientemente e que, assim, a cidade também seja governada convenientemente. (FOUCAULT, 2010a, p. 275).

Essa relação entre o dizer à verdade sobre a governança, servindo de guia, também, para a alma do Príncipe, fora uma função muito empreendida pelos filósofos estoicos, a exemplo de Sêneca em relação a Nero. Uma prática para cuidar de si, cuidar da alma se empreendeu nas relações entre governados e governantes.

A parresía, em seus múltiplos significados e dentro de contextos variados, adquiriu importância no meio político, pois ao falar com franqueza, sinceramente, muitas vezes não se fala o que o outro quer ouvir. Nas assembleias gregas, entre as relações entre os indivíduos, tanto se dirigindo a um superior quanto a um amigo, nos faz pensar como os sujeitos falaram francamente ao longo do tempo. Como utilizaram deste direito, desta qualidade, desta técnica como dever, como qualidade que quer incitar o outro a melhorar a si e sua governança; seja na Antiguidade grega ou romana.

Assim, tentamos mostrar os múltiplos significados desta palavra, não muito citada nos estudos de história antiga, além de sua transformação dentro da democracia grega, como um direito, depois com o alargamento da cidadania tal direito se tornou nocivo à política, dando espaço a lisonjeadores. E, por fim mostramos a parresía se direcionando nas relações individuais. Esta prática ganhou espaço no mundo privado, subjetivo, no qual falar francamente conduziria a uma vida melhor, se apresentando na relação entre discípulo e mestre, entre amigos e entre irmãos, como veremos com Cícero.

SEGUNDA TRANSFORMAÇÃO: A “FALA FRANCA” NO CONTEXTO ROMANO

Segundo Marilena Chauí (2010, p. 225-226) e Maria Helena Pereira (2002, p. 126-128), Marco Túlio Cícero nasceu em três de janeiro de 106 a.C., em Arpino, estudou direito e filosofia. Foi estudar em Atenas em 79 a.C., passando aí seis meses como chefe da Academia. Teve aulas de retórica e uma aproximação com a escola epicurista. Começou sua carreira pública como advogado. Ingressou na política em 75 a.C. como *Questor* na Cilícia, e passou pelos diversos cargos da hierarquia política romana. Com grande talento oratório, ascendeu para *Edil Curul*,

em 69 a.C. Foi *pretor* em 66 a.C. e ao cargo de Cônsul em 63 a.C. Nesse momento, Marco enfrentou uma conspiração organizada por seu adversário político derrotado, Catilina. Ao impor pena de morte aos envolvidos no episódio, seus adversários declararam abuso de poder de Marco, banindo-o de Roma, em 58 a.C. Retornou em 51 a. C, anistiado por Júlio César, como governador da província da Cilícia. Marco Cícero, defensor da República, se desgostou com a tirania que via se desenrolar com a morte de César, e com isso se afastou da política. E com a união de Marco Antônio, Lépido e Otávio, foi morto pelo exército de Antônio.

A fonte que analisarei será o *Manual do Candidato* uma carta escrita (possivelmente) por Quinto Cícero, irmão de Marco Túlio Cícero. Quinto escreveu esta carta em 65 a.C, no momento que seu irmão, Cícero estava promovendo a candidatura para o consulado romano (ROULAND, 1997). Nesta carta podemos perceber um pouco da intenção de Quinto em direcionar na campanha, para levá-lo a eleição, pois ali se encontra uma série de comportamentos e ações que Cícero deveria lembrar sempre, meditar a todo o momento, praticá-los em sua vida para atingir o consulado.

Para atingir a hierarquia política romana eram necessárias qualidades pessoais e táticas eleitorais, como por exemplo, o candidato fazer uso da *amicitia* (amizade), como sugeria o *Manual do candidato*. Cícero deveria também praticar o bajulamento com todas as pessoas, meditar sobre o que queria e ter uma boa reputação. “A *amicitia* se refere ao círculo de amigos políticos, as pessoas com as quais se podem contar, em razão de serem conhecidas e pertencentes ora mais ora menos ao círculo parental, e porque também já lhes prestou algum favor.” (ROULAND, 1997, p. 183). Pessoas importantes que se faziam presentes nos palanques eleitorais tornavam-se um apoio eleitoral importante e ativo para as candidaturas. Utilizar a bajulação (conhecendo as pessoas pelo nome, sabendo o que elas estão fazendo, usando de linguagem apropriada para falar com homens de cidades pequenas e da zona rural) com sua presença contínua em Roma e da generosidade (representada nos banquetes) seriam formas de atrair mais ainda as pessoas para o candidato. (CÍCERO, *Manual do candidato*, XI).

Cícero colocava que a prática da bajulação e da generosidade não eram estratégias que visavam corromper as pessoas, mas apenas para aproximá-las do candidato: “De fato, quando a bajulação é usada para corromper alguém, ela é vil; quando é para aproximar pessoas amistosamente, não é tão execrável, e até

necessária, na verdade, para um candidato [...]” (CÍCERO, *Manual do Candidato*, XI).

Além disso, para ser merecedor e levar as pessoas a darem o apoio eleitoral, as opiniões dos mais próximos do candidato se constituía um fator importante para a eleição. As pessoas que estavam ao redor deviam desejar o sucesso do candidato e atestar a sua reputação, pois a opinião caseira era a principal fonte formadora da reputação.

[...] você deve trabalhar infatigavelmente para que cada pessoa que lhe é mais íntima (e, sobretudo quem é de sua casa) o ame e deseje ardentemente que você tenha o maior sucesso possível [...], pois quase todo comentário que dá autoridade a reputação de um homem público provém de fontes caseiras. (CÍCERO, *Manual do candidato*, V).

E quem são estas pessoas ao redor? As tribos - o enquadramento territorial dos romanos, além dos vizinhos, clientes (homens livres dependentes de outro) e até escravos libertos. Assim, Cícero com sua boa reputação, atestada pelas pessoas de seu convívio, contaria com muitos votos, pois estas informações caseiras circulavam, principalmente, nos comícios: discursos proclamados nos *contio* - reuniões preliminares às votações, nas quais não se decidia nada, apenas os candidatos discursavam os líderes da oratória, sendo abertos às mulheres, aos escravos e aos não cidadãos (ROULAND, 1997, p.177). Com uma boa argumentação já influenciava as decisões populares. A importância da oratória para conquistar e convencer a população era elemento fundamental na disputa eleitoral, tema constante na carta de Cícero:

Por isso, se fizer o que a natureza e os estudos, que você sempre cultivou, lhe concedem, o que a lógica do momento atual requer, o que você pode e deve fazer, não terá competição nada difícil com tais concorrentes que são de jeito nenhum tão ilustres pela origem quanto famosos pelos vícios. (CÍCERO, *Manual do Candidato*, III).

Na análise todas estas orientações comportamentais, que provém dos conselhos do irmão, se constituem como um franco falar, em nossa análise. Quinto mostrava com sinceridade algumas artimanhas política romanas. Além de apontar para o irmão sugestões para melhorar em sua candidatura, que seriam necessárias no contexto eleitoral, sendo algumas sugestões já empreendidas por Cícero: “Portanto, ao se candidatar ao mais alto cargo político e se dar conta dos interesses

e sentimentos que lhe são fortemente contrários, é necessário dispor de todo raciocínio, cuidado, esforço, e aplicação.” (CÍCERO, *Manual do candidato*, IV).

Com isso, podemos ver uma relação entre a *parresía* usada com virtude, pelo irmão Quinto com as recomendações, as sugestões e encadeamento da carta. O cuidado que Marco devia ter em relação a sua reputação; a aplicação e o esforço que ele deveria ter para alcançar muitos votos, além disso, Quinto quando escreveu o manual, colocou ainda que:

[...] não seria demais lhe escrever o que tem me vindo à cabeça, dia e noite, quando penso em sua candidatura as eleições- não para que aprenda alguma novidade, mas para que coisas [...] sejam dispostas com método e organização [...]. (CÍCERO, *Manual do candidato*, I).

Ocorreu, aqui, uma relação construída com amizade, entre os irmãos, marcada pela proteção. O irmão servindo como um mediador de sugestões que forneceu “uma série de intervenções, conselhos que permitirão ao outro conduzir-se como convém.” (FOUCAULT, 2010a, p. 141). Nessa relação com o outro o que seria dito, escrito e o que se pensa ser necessariamente o correto e o melhor para o momento se unem. Como Foucault analisou na palavra *parresía* (dizer a verdade) se inseriu na relação entre os irmãos com a carta.

Como o *Novo Dicionário Internacional de teologia do Novo Testamento* (1983, p. 514) nos mostrou os vários significados para *parresía*: confiança, sinceridade, destemor, franqueza, falar a vontade, abertamente e corajosamente. Tal franqueza, falar a vontade, abertamente, com confiança e destemor será usado por Quinto, que dirá tudo que lhe vem à mente, de maneira franca, interventora e, o que seja para ele, verdadeiro, a fim de melhor conduzir o irmão à eleição: “[...] se lhe parecer que algo deva ser alterado ou inteiramente suprimido, ou se algo teria sido esquecido, por favor, me diga, pois desejo que este manual do candidato seja considerado perfeito.” (Cícero, *Manual do candidato*, XIV).

Por meio da *parresía*, esta prática do falar, encontramos, assim, a relação entre o irmão e o político, do parente como conselheiro. Irmãos que escreveram uma carta não só como forma de comunicação, mas contendo uma relação de conselhos, de guia para melhorar o sujeito, Marco Túlio, neste caso com o *Manual do Candidato*. Um franco falar que direciona o sujeito para as melhores condutas no seu modo de viver. Assim, vemos a figura do conselheiro no irmão de Marco Túlio,

analisando sobre a perspectiva foucaultiana, falar francamente para melhor se conduzir, sinceramente com o irmão, apesar de não termos aqui o aspecto do destemor, da coragem, pois pela leitura e análise do *Manual*, encontramos uma relação amistosa entre os irmãos. Notamos uma semelhança com várias relações amistosas que influenciavam os sujeitos na Antiguidade: Sêneca esperava educar Nero por meio da filosofia, Epicteto e suas conversações com vários discípulos, Sócrates com sua audácia e amabilidade entre os cidadãos e amigos atenienses.

Esta relação de amizade entre os irmãos, mostrada por meio do *Manual* nos possibilitou ver os vários procedimentos que um candidato deveria ter em mente em uma disputa eleitoral: a bajulação, a generosidade, a meditação, (estar em Roma, dos votantes) presença em Roma, erudição, boa reputação, procedimentos que Cícero deveria ter em mente e realizar em seu comportamento para conseguir o maior apoio possível, e atingir seu objetivo, a eleição ao consulado. Até mesmo, porque tais orientações se alinham as qualidades que um homem político deveria ter, como Neal Wood nos apontou (1988, p.179):

Muitas das qualidades que lhe são atribuídos por Cícero parecem ser derivadas a partir do modelo do sábio estoico. O estadista ideal é um homem de prudência ou sabedoria prática. Guiado pela razão, ele é uma pessoa de moderação, capaz de controlar suas paixões, para quem pode governar os outros se ele não pode governar a si mesmo? Acima de tudo, ele é um indivíduo de justiça, mesmo em tudo o que ele diz e faz por causa de um pleno conhecimento da justiça. Um homem de integridade, honra e boa fé, ele resiste suborno e todos os outros tipos de corrupção.

O homem político, para Cícero, age em vista do bem comum, ganhando a confiança e o apoio dos cidadãos, além disso, sua autoridade advém por sua magnificência, coragem, e virtudes. Em vista disso, a importância das sugestões pode ser direcionada para este ideal de homem político que defende a melhor governança para a cidade.

Nossa fonte primária, o *Manual do Candidato* torna-se riquíssima para pensarmos na transformação do conceito *parresía*, em seu direcionamento para as relações pessoais e não mais públicas. Tendo em mente a referência teórica foucaultiana mostramos que podemos articular as preposições, as propostas de Quinto Cícero para o irmão (meditação, bajulação, reputação, generosidade) pensando o falar francamente quase no fim da república romana. Devido ao cargo disputado ser o mais alto na hierarquia política romana, o consulado. A carta

serviria, assim, para motivar Marco Cícero. Que conseguiu se eleger. Será que fora devido a esta carta? Fica a pergunta.

CONCLUSÕES

O uso destas fontes, Cícero e Ésquines nos mostra a mudança significativa do falar com liberdade e sensatamente no tempo: hoje em meio as redes sociais, manifestações nas ruas, temos a dificuldade de discernir os bajuladores dos *parresíastas*. Quem estaria falando para seu próprio proveito? Quem estaria visando o bem comum, e o melhoramento dos transportes, da saúde etc.?

Percebemos que por um lado à democracia grega antiga trouxera maior participação popular na política, espaço para se falar e defender ideias e propostas, mas que muitas vezes, aquele que tinha maior sensatez e boa intenção perdia lugar para aquele que só queria tirar proveito do privilégio de falar publicamente. Com isso, podemos fazer uma análise de nossa realidade, como já apontamos, o poder de se expressar ganhou espaço diferenciado por meio das tecnologias, mas nem sempre é usado com sensatez, e assim quando tencionamos discordar, discutir algum assunto, temos que nos prevenir e precaver das possíveis represálias e maus entendidos. E, mas ainda muitas vezes não vivemos o que falamos. Defendemos os animais contra a indústria cosmética e farmacêutica, e não nos damos conta de quais empresas estamos comprando estes produtos. Nossa fala, digamos mais sincera ficou confinada a nossos familiares bem íntimos, companheiros diários, mais ainda, somente com aqueles que conquistamos a liberdade de falar, ou temos a coragem de falar francamente.

REFERÊNCIAS

CHAUÍ, Marilena. *Introdução à historia da filosofia: as escolas helenísticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. V. 2.

CÍCERO, M. T. *Manual do candidato às eleições; Carta do bom administrador público; Pensamentos políticos selecionados*. São Paulo: Nova Alexandria, 2000.

FOUCAULT, Michel. *O governo de si e dos outros*. São Paulo: Martins Fontes, 2010a.

FOUCAULT, Michel. *A Hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, Michel. *A coragem da verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

FUNARI, Pedro P. *Antiguidade Clássica: a História e a cultura a partir dos documentos*. Campinas: Unicamp, 2003.

FUNARI, Pedro P. *Grécia e Roma*. São Paulo: Contexto, 2004.

HAHN, H. PARRESÍA. In: COENEN, L; BROWN, C. *O Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*. São Paulo: Vida Nova, 1983, p.514-516.

PINSKI, J. *100 textos de História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2003.

POMBO, Olga. *Instituições democráticas em Atenas*. Disponível em: <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/opombo/hfe/protagoras/links/inst_dem.htm>. Acesso em: 14 set. 2013.

ROULAND, Norbert. *Roma, democracia impossível?*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.

VIDAL-NAQUET, Pierre. Cidades antigas, cidades modernas. In: _____. *Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

WOOD, Neal. *Cicero's Social and Political Thought*. Los Angeles: Universidade da Califórnia, 1991.